

REUNIÃO DA DIRETORIA DA ANPOF COM REPRESENTANTES DA ÁREA DE FILOSOFIA NA CAPES E NO CNPq

Em 14 de outubro de 2005, a convite da ANPOF e com o objetivo de refletir sobre os critérios de avaliação da área de filosofia, reuniram-se em São Paulo, no Hotel Lorena, os representantes da área de filosofia na CAPES e no CNPq, os professores Balthazar Barbosa Filho, Carlos Alberto Ribeiro de Moura, Ivan Domingues, José Raimundo Maia Neto, Marcelo Perine e Nelson Gomes. Também estiveram presentes como convidados da ANPOF, os professores Oswaldo Giacoia Júnior e Ricardo Ribeiro Terra, cuja experiência recente na CAPES e no CNPq não poderia ser dispensada no debate de nossos critérios de avaliação, tanto quando envolve projetos e pesquisadores, como quando se volta aos programas de pós-graduação. Nesta reunião, representando a ANPOF e coordenando os trabalhos, estiveram presentes os professores João Carlos Salles Pires da Silva e Paulo Roberto Margutti Pinto. Vale registrar que, com esta iniciativa, a ANPOF procura favorecer o diálogo entre os representantes da área na CAPES e no CNPq, esperando que, doravante, tal diálogo seja regular e constante. Assim, após intenso e rico debate, os presentes manifestaram seu acordo quanto aos seguintes pontos, cabendo então à ANPOF a posterior divulgação junto à comunidade filosófica nacional e, em especial, às agências de fomento à pesquisa em nosso País.

Em primeiro lugar, a área reafirma a necessidade de autonomia na definição dos seus critérios de avaliação, sendo afinal sinal de maturidade de uma comunidade científica ser capaz de elaborar suas normas e implementar suas escolhas. Com isso, à luz da experiência e da tradição dos respectivos comitês assessores, cabe insistir em um ponto essencial para a área de filosofia, a saber, a primazia dos aspectos qualitativos sobre quaisquer índices quantitativos. Nesse sentido, a área manifesta, enfaticamente, seu acordo com os termos do recente ofício circular (No. 0502/05, de 10/08/2005) da presidência do CNPq, que alerta para “os riscos da excessiva quantificação da produção científica”, (...) “instando para que se dê considerável peso a aspectos qualitativos que incluiriam a importância do pesquisador em sua área de atuação”. Desse modo, como bem afirma o documento, aspectos qualitativos e quantitativos não são excludentes, devendo os últimos subsidiar adequadamente os primeiros. Com efeito, essa tradição vem sendo respeitada e enunciada por ambos os comitês, sendo reiterada plenamente nesta reunião. Assim, por exemplo, a avaliação dos programas pelo comitê assessor da CAPES, como o registra o documento de área, encontra na leitura das teses e dissertações um de seus critérios essenciais – com o que nossa área se distingue bastante de outras. No CNPq, essa tradição se expressa no modo por que se avaliam qualitativamente projetos e demais solicitações, tendo em conta a relevância filosófica da questão abordada, consoante o respectivo estado da arte, quer do ponto de vista histórico, quer do ponto de vista conceitual.

A primazia dos aspectos qualitativos implica, certamente, a definição clara e a ampla divulgação dos critérios a serem aplicados. Caso contrário, a ação dos comitês deixa inclusive de ser indutora, não contribuindo para o estabelecimento de medidas públicas e comuns para a comunidade filosófica nacional. Além disso, não se trata apenas de

subordinar a quantidade à qualidade, mas também de evitar a introdução de critérios extrínsecos ao trabalho acadêmico, como, por exemplo, quando se subordina a avaliação ao fomento. Cabe, então, também enfatizar que a excelência almejada em nossa área se traduz em um padrão internacional de qualidade e não em uma internacionalização mal compreendida.

No sentido de aprimorar os critérios de avaliação, considerou-se importante conclamar a comunidade para reflexão e debate, em seus fóruns apropriados, para temas como os seguintes:

- (i) Parâmetros para classificação dos programas, com divulgação antecipada dos indicadores que definam a atribuição de notas e justifiquem sua alteração;
- (ii) Diretrizes para uma política de expansão adequada da pós-graduação;
- (iii) A definição da natureza e da qualidade das dissertações e teses;
- (iv) Características do pós-doutoramento no País, tendo em conta sua crescente demanda.

A reflexão sobre temas como esses deve certamente ser refinada. Ao mesmo tempo, consideramos oportuno reiterar algumas reivindicações, como uma urgente ampliação do portal de periódicos da CAPES ou fomento específico para aquisição de periódicos que porventura não constem do portal, bem como a ampliação do número de bolsas de produtividade em pesquisa destinadas à área de filosofia pelo CNPq, neste caso com a possível introdução de cota de bolsas de produtividade para jovens pesquisadores.

São Paulo, 14 de outubro de 2005.

Balthazar Barbosa Filho

Carlos Alberto Ribeiro de Moura

Ivan Domingues

João Carlos Salles Pires da Silva

José Raimundo Maia Neto

Marcelo Perine

Nelson Gomes

Oswaldo Giacoia Júnior

Paulo Roberto Margutti Pinto

Ricardo Ribeiro Terra